

MUNICÍPIO DE BEZERROS – PE

EXERCÍCIO 2021

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

Com base nas informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Finanças, através da consolidação dos dados relativos às metas fiscais e à administração financeira durante o Exercício de 2021, sendo, inclusive, fundamento para as audiências públicas, este Órgão de Controle observa que o município, durante o ano citado, executou nas metas de receitas correntes, de capital e correntes intraorçamentárias, os percentuais de 91,60%, 4,11% e 148,03%, respectivamente. Conforme discriminação a seguir, observa-se que foi superado o previsto quanto às correntes e intra, em relação ao Exercício de 2020.

EXERCÍCIO 2021			
	Previsto (A)	Arrecadado (B)	% (B/A)
Receitas Correntes	R\$ 151.595.000,00	R\$ 138.865.838,34	91,60
Receitas de Capital	R\$ 21.130.000,00	R\$ 868.728,93	4,11
Receitas Correntes Intra	R\$ 9.275.000,00	R\$ 13.729.319,66	148,03
SOMA	R\$ 182.000.000,00	R\$ 153.463.886,93	84,32

(Fonte: RREO 6º bimestre de 2021)

Fazendo alusão às despesas, considerando os valores das dotações previstas, que precisam acompanhar a receita para manter o equilíbrio fiscal, onde podemos ver a seguinte execução: despesas correntes em 81,49%, despesas de capital em 34,01%. Apresentou-se uma melhora considerável no que se refere a amortização de dívidas do Município, perfazendo um montante de R\$ 2.205.130,18, diante de R\$ 528.952,03, quando comparado a 2020. As despesas correntes intraorçamentárias tiveram execução de 92,82%, além de não ter havido uso da reserva de contingência, exceto que para fins de reduções orçamentárias.

EXERCÍCIO 2021			
	Fixado (A)	Executado (B)*	% (B/A)
Despesas Correntes	R\$ 158.730.010,17	R\$ 129.352.437,86	81,49
Despesas de Capital	R\$ 10.324.089,38	R\$ 3.511.160,82	34,01
Despesas Correntes Intra	R\$ 14.123.573,67	R\$ 13.109.650,63	92,82
Reserva de Contingência	R\$ 686.000,00	R\$ 0,00	-
SOMA	R\$ 183.863.673,22	R\$ 145.973.249,31	79,39

*Consideramos os valores empenhados. (Fonte: RREO 6º bimestre de 2021)

Considerando as despesas por função, observamos o comportamento da Saúde e Educação, com percentuais de 30,21% e 22,13%, respectivamente, em relação ao total das demais elencadas no demonstrativo a seguir:

EXERCÍCIO 2021			
SUBFUNÇÃO	FIXADO (A)	EXECUTADO (B)	% (B/A)
LEGISLATIVA	R\$ 4.128.000,00	R\$ 3.568.005,51	2,44
JUDICIÁRIA	R\$ 5.500,00	R\$ 0,00	-
ADMINISTRAÇÃO	R\$ 27.494.408,87	R\$ 18.860.629,10	12,92
ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 7.458.763,00	R\$ 3.690.977,99	2,53
PREVIDÊNCIA SOCIAL	R\$ 19.409.000,00	R\$ 17.711.841,28	12,13
SAÚDE	R\$ 44.440.144,83	R\$ 44.099.669,19	30,21
EDUCAÇÃO	R\$ 43.845.143,38	R\$ 32.300.361,91	22,13
CULTURA	R\$ 1.151.100,00	R\$ 329.007,78	0,23
DIREITOS DA CIDADANIA	R\$ 80.000,00	R\$ 0,00	-
URBANISMO	R\$ 11.278.860,75	R\$ 6.576.139,98	4,51
HABITAÇÃO	R\$ 93.000,00	R\$ 0,00	-
SANEAMENTO	R\$ 1.875.500,00	R\$ 750.582,88	0,51
GESTÃO AMBIENTAL	R\$ 1.488.008,72	R\$ 723.458,45	0,50
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	R\$ 45.000,00	R\$ 0,00	-
AGRICULTURA	R\$ 1.241.000,00	R\$ 529.673,45	0,36
INDÚSTRIA	R\$ 58.000,00	R\$ 0,00	-
COMÉRCIO E SERVIÇOS	R\$ 12.000,00	R\$ 0,00	-
ENERGIA	R\$ 98.000,00	R\$ 0,00	-
TRANSPORTE	R\$ 500.000,00	R\$ 495,38	-
DESPORTO E LAZER	R\$ 468.000,00	R\$ 35.895,80	0,02
ENCARGOS ESPECIAIS	R\$ 3.884.670,00	R\$ 3.686.859,98	2,53
RESERVA DE CONTING.	R\$ 686.000,00	R\$ 0,00	-
DESPESAS INTRA	R\$ 14.123.573,67	R\$ 13.109.650,63	8,98
TOTAL	R\$ 183.863.673,22	R\$ 145.973.249,31	100,00

(Fonte: RREO 6º bimestre de 2021)

Observando o disposto nos Artigos 19 e 20 da lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), percebemos que o limite máximo de despesas com pessoal, apesar dos grandes desafios, não conseguiu ser cumprido. Porém, através da Lei Complementar nº 173/2020, em seu Art. 15, exige a diminuição de 10%, a partir de 2023, ao longo dos próximos dez anos, do excesso que ultrapassou o limite dos 54%.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
Despesa com Pessoal	R\$ 79.144.992,93
Receita Corrente Líquida	R\$ 132.349.634,46
% da Despesa com Pessoal sobre RCL	59,80%
LIMITE PRUDENCIAL	R\$ 67.895.362,48
LIMITE MÁXIMO	R\$ 64.321.922,35

(Fonte: RGF 1º quadrimestre de 2021)

Considerando o que orienta os Artigos 156, 158, 159 e 212 da Constituição Federal, que se referem aos investimentos nas áreas de saúde e educação, concluímos a eficiência da gestão aplicando os percentuais de 24,33% das despesas próprias com saúde e 27,62% das despesas de educação com recursos próprios, ambas superando a aplicação efetuada no exercício anterior, atingindo, também, o percentual de 77,86% com as despesas do magistério.

APLICAÇÃO EM SAÚDE:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
Receitas de Impostos e Transferências	R\$ 70.495.196,68
Mínimo a Aplicar	R\$ 10.574.279,50
Despesas próprias com Saúde	R\$ 17.149.132,63
Percentual aplicado	24,33%
Valor aplicado a mais que o exigido	R\$ 6.574.853,13

(Fonte: Anexo 12 do RREO - 6º bimestre de 2021)

APLICAÇÃO EM MDE:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
Receitas de Impostos e Transferências	R\$ 74.055.857,96
Mínimo a Aplicar	R\$ 18.513.964,49
Despesas próprias com MDE	R\$ 20.452.992,49
Percentual aplicado	27,62%
Valor aplicado a mais que o exigido	R\$ 1.939.028,00

(Fonte: Anexo 8 do RREO - 6º bimestre de 2021)

APLICAÇÃO EM FUNDEB 70%:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
Receitas FUNDEB	R\$ 35.222.634,57
Mínimo a Aplicar	R\$ 24.655.844,20
Valor aplicado em Despesas Com Magistério	R\$ 27.425.403,89
Percentual aplicado	77,86%
Valor aplicado a mais que o exigido	R\$ 2.769.559,69

(Fonte: Anexo 8 do RREO - 6º bimestre de 2021)

No tocante ao repasse do duodécimo, segundo as informações disponibilizadas pela assessoria contábil, os valores repassados para Câmara Municipal para custeio das despesas do Legislativo, a qual se refere o artigo 29, caput da CF, guardou compatibilidade com o limite de 7% fixado no artigo 29-A da Constituição Federal. Sobre a Dívida Consolidada Líquida, conforme se depreende do Anexo 2, do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), o percentual da Dívida Consolidada Líquida foi de 21,67% (apresentando uma diminuição em relação a 2020, que teve como resultado 26,50%) o percentual determinado pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, em seu Art. 3º, inciso II, não poderá exercer 1,2 (um inteiro e dois décimos), vezes a Receita Corrente Líquida, tendo o percentual da DCL, obedecendo o limite fixado na supracitada resolução. Com relação a operação de crédito, insta salientar que não foi realizada nenhuma operação de crédito no exercício no qual se infere à Prestação de Contas.

Efetuando o trabalho continuado junto à administração municipal, foram mantidas as orientações quanto à atuação da Secretaria de Administração e suas obrigações, inclusive com o patrimônio público. Além da efetuação de análises nos fundos, de natureza atuarial, por parte do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais, sendo importante salientar o **PAGAMENTO TEMPESTIVO** das obrigações previdenciárias correntes das folhas de pagamento ao RGPS e ao RPPS, conforme comprovantes e planilhas previdenciárias enviadas ao TCE-PE, via Prestação de Contas constante no e-TCEPE.

Este Órgão participou assiduamente da gestão orientando aos que encontravam-se à frente dos serviços públicos e, principalmente, à excelentíssima Senhora Prefeita, sobre o cumprimento de suas obrigações, além de efetuar acompanhamento de serviços em determinadas áreas de grande importância, inclusive do Instituto dos Servidores Públicos Municipais, que tem desempenhado um trabalho sério na gestão dos recursos pertencentes ao funcionalismo público municipal e garantiu, por mais um ano, juntamente com o chefe do poder executivo, o cumprimento do pagamento das folhas mensais tempestivamente, conseguindo bons resultados com o apoio da Secretaria de Fazenda municipal. Porém, não podendo assumir qualquer responsabilidade sobre o acontecimento de erros e/ou irregularidades cometidas pelos seus executores, uma vez que este Órgão tenha orientado e esteve a inteira disposição para consulta e auxílio e não sido procurado para o norteamto adequado.

Este é o Relatório.

Bezerros, 31 de dezembro de 2021.

JOSÉ WAGNER DA SILVA
Controlador Geral do Município